

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM CABO VERDE

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACP	Africa Caraíbas e Pacífico
ADEI	Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação
ANAC	Agência Nacional das Comunicações
ANMCV	Associação dos Municípios de Cabo Verde
AJIC	Associação dos Jovens Investigadores de Cabo Verde
ARES	Agência de Regulação do Ensino Superior
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC	Conselho Consultivo
CCMIS/BS	Câmara de Comércio, Indústria e Serviço de Barlavento e Sotavento
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODERSIA	<i>Council for the Development of Social Science Research in Africa</i>
CTI	Ciência, Tecnologia e Inovação
DGPOG	Direção Geral do Planeamento Orçamentação e Gestão
ES	Ensino Superior
ECV	Escudos Cabo-verdianos
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
GESCT	Gabinete de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia
IGAE	Inspeção Geral das Atividades Económicas
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
H2020	Horizonte 2020
IES	Instituições do Ensino Superior
IInA	Institutos de Investigação não Académicas
MAC	Madeira Açores e Canárias
MCIC	Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas

NCP	<i>National Contact Point</i>
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
NOSI	Núcleo Organizativo da Sociedade de Informação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONG	Organização não-governamental
PEDS	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável
RTC	Radio Televisão de Cabo Verde
RTP	Radio Televisão de Portugal
SCT	Serviço de Ciência e Tecnologia
SDE	Sociedade de Desenvolvimento Económico

SUMÁRIO EXECUTIVO

A criação de um sistema de CTI (Ciência, Tecnologia e Inovação) operacional e sustentável é uma reivindicação académica antiga em Cabo Verde e tem agora enquadramento no Programa do Governo que o anuncia como sendo prioritário e disponibiliza alguns recursos para o efeito. Instrumentos estratégicos do Governo da República tais como a Carta da Política para a CTI (2016), o Programa do Governo (2016-2021) e o PEDS (Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017-2021) consagram a CTI como expressão de uma política pública a ser assumida e realizada de forma participativa e integrada.

O conceito apresentado projeta o sistema na perspetiva de que a organização da CTI irá contribuir para o aumento do PIB do país. Todavia, para que isto ocorra é necessário que antes se aloquem recursos a Ciência nos termos preconizados pelas organizações nacionais e internacionais competentes na matéria. Experiências demonstram que Ciência, Tecnologia e Inovação quando providos de recursos por períodos de médio e longo prazos e integrados em parcerias adequadas catapultam o desenvolvimento socioeconómico e produzem a inclusão.

O documento que se apresenta é coadjuvado por um Plano de Ação bienal cujo orçamento se refere apenas a 2017. No geral este plano cobre dois grupos de ações. No 1º grupo, encontram-se ações para a implementação do Gabinete para a CTI, enquanto órgão orientador da CTI em Cabo Verde. No 2º grupo encontram-se atividades que estruturam o sistema, nomeadamente a criação de instrumentos administrativos e legais, de forma a assegurar uma gestão transparente, sustentável e eficaz. Um dos princípios fundamentais que regerá as atividades de investigação, inovação e tecnologia em Cabo Verde é o da competitividade. Este preceito significa que incentivos e outros recursos serão disponibilizados através de editais e concursos. É importante sinalizar, desde já que todos os editais e concursos incidirão sobre as áreas prioritárias para o desenvolvimento definidas pelo Governo de Cabo Verde e que estarão incluídas na Agenda Nacional de Investigação.

A Ciência, a Tecnologia e a Inovação no Contexto de Desenvolvimento de Cabo Verde.

Num curto espaço de tempo Cabo Verde atingiu um razoável patamar de desenvolvimento (País de Rendimento Médio desde 2008) quando comparado com a trajetória de outros países. Em menos de quatro décadas, o PIB *per capita*, de acordo com os dados do Banco Mundial, mais do que multiplicou por seis, passando de 472 USD; em 1980, para 3.196 USD, em 2017. De igual modo, a taxa de alfabetização do país atingiu 87,2%, em 2013 e o Índice de Desenvolvimento Humano coloca o país no 5º maior da África Subsaariana, 0,568, em 2013, situando atualmente em posição 122ª no ordenamento (ranking), elevando para 0.648 em 2017 (PNUD, 2017).

Em todo o caso, o financiamento desse crescimento e o desenvolvimento social alcançado foram assegurados, ao longo do processo, basicamente pela injeção de recursos da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, pelas Remessas dos Emigrantes e, mais tarde, pelo setor turístico. Nos últimos tempos, mudanças estruturais ocorridas no ambiente externo e interno de financiamento do país instam os atores a busca de aprofundamento de sentido na redefinição das bases que ainda sustentam a trajetória do desenvolvimento do país. Neste sentido, assevera o Programa do Governo para IX Legislatura que “entramos numa nova etapa onde os diferentes atores económicos devem convergir em objetivos concretos e na abertura das portas a novos perfis de empreendedores. Não será possível a criação de uma nova economia com as formas antigas de estar e de pensar” (Programa do Governo IX Legislatura, 2016: p.65-66).

Pois, denota-se que empiricamente, até recentemente, Cabo Verde soube tirar partido do paradigma de desenvolvimento alojado. Entretanto, na conjuntura atual, ainda de difícil compreensão, exige-se a reinterpretção dos desafios, e a introdução de novos ajustes, relativamente às âncoras sustentáveis de desenvolvimento. Seja como for, é já perceptível que no campo económico o modelo da reciclagem da Ajuda Pública ao Desenvolvimento quase que tem exaurido o seu potencial; no campo social é preciso reforçar e consolidar uma sociedade que valorize o conhecimento, subsidiária do desenvolvimento e útil para a consolidação da democracia; e que é preciso “perspetivar um Cabo Verde mais útil à nação e ao mundo, atento à sua condição de pequeno país insular, marcado por uma Diáspora diversificada e presente em todos os continentes” (*ibidem*, p. 65). Por outras palavras, entende-se, os desafios consistem na valorização dos homens e mulheres, de todas as idades, nas ilhas e na diáspora, dos nossos fatores de produção e da nossa geografia que, enquanto aportes apreendidos pelo conhecimento

e apropriados pela ciência, técnica e modernização são indispensáveis para que se maximizem as possibilidades de continuarmos a ser bem-sucedidos.

Sendo certo que, para o efeito, levando em consideração o estado atual do nosso conhecimento e da forma da sua produção, “implica um investimento na ciência, na investigação e na inovação empresarial pois, o desenvolvimento do sistema científico e tecnológico nacional é uma peça essencial na sustentabilidade e na melhoria da qualidade do ensino superior, portanto, da formação e da empregabilidade da população cabo-verdiana qualificada” (*Ibidem*, p. 159). Outrossim, afirma este instrumento estatal orientador de políticas que “os docentes/investigadores universitários são uma parte imprescindível na busca de soluções e respostas às questões que se colocam ao desenvolvimento de Cabo Verde, devendo ter as condições para que sejam capazes de ensinar, descobrir, inovar e criar conhecimento” (*Ibidem*, p. 155).

Ao longo do tempo e da história das ilhas, as nossas gentes desenvolveram e se apropriaram de atitudes, saberes e práticas que constituem hoje um potencial a ser reapropriado e reelaborado enquanto capital social no contexto dos desafios atuais. Alguns estudiosos aventuraram-se com sucesso em investigações versando sobretudo a área das Ciências Sociais. Contudo, as contribuições técnico-científicas não se cingiram apenas a esta área. Num outro registo, podemos afirmar que trabalhos vêm sendo aparentemente desenvolvidos por investigadores, mas de uma forma *ad-hoc*, face à inexistência, em Cabo Verde, de um sistema, mesmo modesto, de Ciência, Tecnologia e Inovação que assuma a produção, publicação e transferência do conhecimento. Neste momento impõe-se consolidar e alargar o conhecimento sobre as diferentes facetas da nossa realidade, introduzir inovações, dando continuidade a projetos de investigação já existentes, abrindo espaços e criando oportunidades para novos projetos em áreas estratégicas já identificadas, numa perspetiva de um desenvolvimento integrado e mais sustentável. Portanto, desde logo, urge tanto promover as condições de acesso às díspares contribuições da diáspora científica como criar um quadro legal-institucional e financeiro que propicie e normalize futuras produções. Por outro lado, vai ser necessário recuperar e importar valores e hábitos de trabalho e poupança sem os quais a CT não se desenvolverá a um ritmo e com a intensidade indispensáveis.

Para o efeito, como anteriormente sinalizado, é obrigatório operar uma mudança de paradigma que se reflita, por um lado, na abordagem que Cabo Verde faz da CT e, por outro lado, no fomento e no desenvolvimento de novas perspetivas epistemológicas, considerando as parcerias e a Ciência e as suas aplicações são cada dia mais transfronteiriças. A questão que se

coloca é se deveremos continuar a ser recetáculos passivos da inovação, formação e pesquisa, ou se seremos capazes de produzir uma agenda endógena de conhecimento baseada na experiência de uma ciência nacional e universal.

De facto, ações específicas devem ser direcionadas à promoção de debates sobre o papel que a Ciência pode e deve ter na criação do conhecimento transformado em competência, o que implica uma indispensável adesão dos interessados (*stakeholders*), dos decisores políticos, mas também da Sociedade Civil, *latu sensu*.

A promoção de um sistema nacional de CT permitirá, com o decorrer do tempo, catalisar os especialistas nacionais e lhes facultar espaços de debate técnico, “de igual para igual” com especialistas de outras latitudes, abordando temáticas e propondo soluções para desafios que a nossa sociedade e o processo de desenvolvimento nos colocam. No concerto das nações, Cabo Verde deve ambicionar, perspetivar e prospetivar ser mais responsável, mais sabedor e mais competente para toda e qualquer abordagem de desenvolvimento que ao país diga respeito.

Um certo dicotomismo entre Ciência “pura” e Ciência “aplicada” existe em Cabo Verde, assim como noutras terras. Parece, no entanto, evidente que a prioridade deve ser, como hipótese, a Ciência como meio de produção do conhecimento traduzido em competência, permitindo a compreensão da realidade cabo-verdiana e uma abordagem de mitigação das dificuldades e a potencialização de intervenções em todas as áreas do saber.

Ainda que a Ciência seja dominada pelos países com maiores recursos, o que explica, de certa forma, a fuga de cérebros dos países do Sul para os do Norte ela pode ser produzida em contextos concorrenciais do uso de recursos. Países como a Índia, Brasil, entre outros, conseguiram organizar-se e já demonstram produtividade e avanço tecnológico, com ganhos à vista. Nestes termos, a criação de uma “Ciência” autóctone permite evitar receber, em “segunda mão” e de forma parcializada.

1. Ciência, Tecnologia e Inovação em Cabo Verde hoje: o estado da arte

Universalmente, Ciência, Tecnologia e Inovação têm sido considerada pilares de desenvolvimento tanto em países insulares como continentais, sobretudo naqueles onde escasseiam os recursos naturais. Em jeito de compensação estes países tendem a promover políticas de investimento na capacitação dos Recursos Humanos.

Cabo Verde desde cedo perspetivou o seu desenvolvimento levando em consideração a aposta na capacitação da mulher e do homem cabo-verdianos. Por isso o país é referenciado como exemplo de combate ao analfabetismo no mundo. Hoje a sua cifra tende para zero em alguns segmentos sociais. Dos 15 aos 24 anos a taxa do analfabetismo é bastante residual. Cifra-se ser de inferior a 2% em 2016 (UNESCO, 2016). Entretanto, o aumento da literacia de um povo não é necessariamente condição suficiente para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação e nem tampouco determina por si só o desenvolvimento de uma nação. O desenvolvimento científico e tecnológico é bem mais complexo. Requer recursos, por vezes avultados, uma grande organização e uma aturada planificação.

Atualmente o panorama científico, tecnológico e de inovação em Cabo Verde, de acordo com a Carta da Política para a Ciência (BO. I Série, nº 27, 2016) é caracterizado pelo seguinte quadro:

- (i) “existem instituições não académicas que fazem investigação, mas que produzem muito pouco em termos de publicações citáveis e patentes” (p.1003). Dados do SCIMAGO de 1987 a 2013 sinalizam os casos do INMG – Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica com 14 publicações; INIDA – Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário com 10 publicações; INDP - Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas com 9 publicações e o LEC – Laboratório de Engenharia Civil com 4 publicações.
- (ii) “os orçamentos não académicos não permitem a alocação de recursos necessários a uma atividade de pesquisa sustentada e a alocação de fundos para a atividade de pesquisa é feita de forma direta e sem controlo dos resultados atingidos” (p.1004).
- (iii) “a investigação nas instituições não académicas é muitas vezes feita no quadro de parcerias internacionais, mas não há garantia de que o modelo contribua para uma maior soberania nacional na produção e absorção de conhecimentos e tecnologias” (p.1004). Por exemplo, no que diz respeito aos parceiros no domínio de inovação empresarial, com o foco na inovação de

processos e do produto, os dados do INE (2015) apontam tanto para parceiros localizados em Cabo Verde, como para os mobilizados no exterior (Europa, EUA e o Resto da África). Contudo, o mapeamento desses parceiros mostra que já existe uma capacidade nacional de participação em consórcios nacionais e internacionais em investigação científica capaz de ser maximizada no seu potencial.

- (iv) “a investigação nas universidades ainda é incipiente e não alinhada com as áreas estratégicas do país, mas tem o potencial de dar um novo impulso à produção científica nacional” (p. 1004). Neste sentido, os indicadores bibliométricos (?), do sistema anteriormente mencionado, dão conta que, no lapso de tempo indicado, apenas a “Universidades de Cabo Verde”, a “Universidade Jean Piaget” e o “Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais” possuem publicações citadas. Respetivamente, 15, 9 e 1. O contexto apreendido pode ser entendido na lógica de que existe um enorme *déficit* no país concernente à investigação, entre outros pode-se citar um quadro-legal (Estatuto do Investigador, Agenda de Investigação nas IES) e um fundo que incentivam a pesquisa nas Instituições do Ensino Superior em Cabo Verde.

Todavia, a Carta de Política para a CTI alerta para a existência de uma produção científica em crescendo que não se encontra publicada segundo parâmetros internacionais e por isso não é computada. Pois, a criação do Portal do Conhecimento enquanto repositório científico permitiu resgatar e dar visibilidade uma parte importante de produção científica nacional, sobretudo sob formato de teses e dissertações produzidas pelas Universidades”. Na linha do exposto constata-se também um número reduzido de patentes nacionais registados no IPICV - Instituto de Propriedade Intelectual de Cabo Verde. Esta instância regista apenas 7 patentes em estudo e apenas duas são genuinamente cabo-verdianas e nenhuma é institucional. No cômputo geral as informações acima coligidas corroboram o banco de dados de SCIMAGO 2013 que aponta Cabo Verde como possuindo, de 1987 a 2013, um total de 93 publicações citáveis o que lhe coloca na posição 200 entre os 238 a nível mundial e 50 entre os 57 ao nível da África.

Os números observados dão um panorama nacional em relação ao qual não se confirma a publicação da diáspora. Outrossim, atendendo aos condicionalismos que caracterizaram a formação avançada em Cabo Verde – qualificação de quadros superiores exclusivamente na diáspora - questiona-se se Cabo Verde está a acautelar devidamente as suas produções científicas e sua consequente visibilidade dentro do SCIMAGO. De toda a forma, um sistema nosso, tipo Portal do Conhecimento, pode criar oportunidades de endogeneizar (se é que já não se encontra) as produções científicas feitas no exterior (tipo teses, dissertações e outras publicações na lógica de partilha da propriedade intelectual, situação que pode também ser

acautelada perante um acordo prévio entre os Ministérios tutelares no momento de assinatura de Programas Indicativos de Cooperação) para que o *score* nos *rankings* e, por conseguinte, a visibilidade internacional não sejam desfavoráveis à luz do que vem sendo.

O quadro saído do inquérito (INE, 2015: 35) em relação à colocação dos Doutores, Mestres, Licenciados e Bacharéis envolvidos na investigação e desenvolvimento permite também observar que os Doutores estão maioritariamente na Instituição de Ensino Superior. Os Mestres e Licenciados nos institutos de pesquisas. Cruzando estes reparos com a fraca capacidade de inovação observada no sector empresarial pode-se deduzir de facto que a forma como as nossas universidades se estruturaram, com foco no ensino, somado a um não investimento na área, postergou-se até hoje a investigação. Ainda que de acordo com o mesmo estudo, se referencia que, em 20014, havia 69 investigadores nas áreas de Ciências Sociais e Humanas (45% do total nacional), 53 nas áreas das Ciências Naturais, Engenharias e Tecnologias (34,6%), Ciências Agrícolas 24 (15,7%) e Saúde (4,7%), estes dados são compactos e carecem de confirmações, na justa medida em que ainda não existe em Cabo Verde critérios que determinam quem é investigador e nem um Estatuto de Investigador atualizado. De todo modo, o quadro de produtividade se desenrola num contexto de inexistência de um quadro-legal, insuficiência investigadores, uma enorme carência de redes de partilha, reduzidos mecanismos de promoção de circulação de conhecimento e uma manifesta fraqueza em matéria linguística.

No domínio da inovação os dados nacionais são muito parcos e, em muitos casos, até inexistentes. Quanto às instituições que supostamente inovam não existem registos sistematizados. O inquérito do INE recobre apenas as estatísticas referentes à inovação empresarial, mesmo assim, sem especificar o nome das empresas.

Seja como for, das 3067 empresas com contabilidade organizada, com as quais se trabalhou, só 120 apresentam atividades de inovação, perfazendo 3,9%. O que significa, por outras palavras, que de cada 100 empresas existentes no país, dentro desta categoria, somente quatro dedicam-se à inovação. Quando se examina o tipo de inovação por atividade económica a área de Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de veículos Automóveis e Motociclos surge como a principal com um peso superior a 30%, seguida pela área da Indústria Transformadora com um *score* percentual superior a 19% e em terceiro lugar a área de Atividades de Consultoria, Científicas, técnicas e Similares com um valor de aproximadamente 7%. De registar que existe uma grande assimetria regional em termos da espacialização das inovações. Cidade da Praia concentra as inovações com 44,3%. Segue-se Ihe São Vicente com 24% e Sal

com 23,2%. Isto numa análise que engloba apenas 6 concelhos do país. De certa forma, esta estatística impele-nos para um estudo mais aprofundado no sentido de conhecermos as causas que atuam e explicam as disparidades constatadas.

Aliás, o panorama anteriormente apresentado é efeito também de uma insuficiência de recursos financeiros, excessiva dependência de projetos internacionais, deficiente alinhamento entre objetivos estratégicos e prioridades de investigação e uma inexistência de produtos financeiros disponíveis no mercado. Com base nessas premissas o INE (2015: 39) recomendou que “é preciso enfatizar o papel do Estado nesta fase de desenvolvimento não só como planificador, mas também como financiador e promotor, sem descuidar o sector privado”.

Como se depreende o estado atual da CTI em Cabo Verde pouco insumo pode fornecer aos eixos de desenvolvimento do país, estrategicamente delineados no Programa do Governo da IX Legislatura (2016-2021). Pelas suas características próprias os desafios de desenvolvimento do país já há muito foram identificados, salvaguardando algumas correções contextuais.

A explicação do contexto exige, desde logo, uma mudança de perspetiva para que se possa ir para além da simples evocação dos desafios e das soluções. Oportuno se torna incentivar a ciência, inovação e tecnologia enquanto fatores catalisadores da economia nacional. Quando se estriba, por exemplo, sobre o que preconiza o Governo em relação á Economia do Oceano observamos o seguinte: “uma estratégia de médio e longo prazo, dirigida à prospeção e exploração dos novos espaços e recursos, sustentada no conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico e visando dar corpo a um tecido empresarial privado de base tecnológica que tenha como o centro da sua atividade o mar”. Neste particular, como se nota, a passagem desta evocação política, impõe a mobilização de atores com *expertises*, a criação de um quadro institucional definido e a alocação de recursos, para além de parcerias e redes que são indispensáveis para a materialização desse desiderato.

2. A formulação de uma política pública para Ciência e Tecnologia.

A situação atual no domínio da CTI, em Cabo Verde, requer uma intervenção planificada, integrada e estratégica de forma a criar incentivos e provocar uma viragem no *status quo* e contribuir para substancializar o desenvolvimento nacional. Enquanto mentores da ciência e

tecnologia os *stakeholders* identificados como as IES e IInA – Institutos de Investigação não Acadêmicas e instâncias da Sociedade-Civil vocacionadas, serão determinantes ao longo de todo o processo. Por conseguinte, o Gabinete de CT constitui-se numa instância-líder da política para a CT. A sua intervenção vai no sentido de federar as ações, mobilizar os parceiros e recursos para a concretização da investigação e inovação. Assim atuando, o Gabinete opera em rede e cria a termo um sistema sustentável de CT em Cabo Verde.

3. Visão

A visão do Gabinete da CT é contribuir para mudar a perceção nacional relativa à importância da CTI no desenvolvimento do país e assim tornar Cabo Verde numa referência internacional.

4. Missão

O Gabinete da CT é um serviço que tem por missão organizar e coordenar as ações de implementação do plano da Investigação e promoção da Ciência e Tecnologia tuteladas por prioridades estratégicas de governação, a qual incumbe, designadamente:

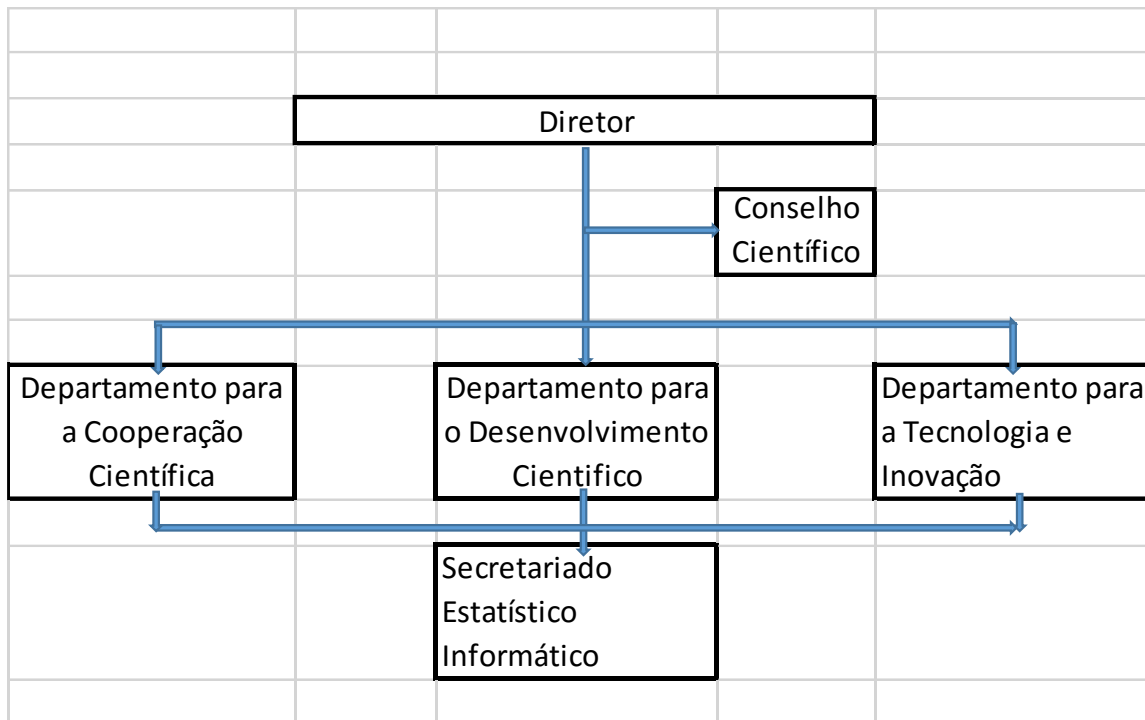
- a) Reavaliar e redefinir as linhas gerais de investigação mediante, identificação das áreas relevantes para o processo de criação de capacidade científica endógena, as quais deverão merecer estudos analíticos aprofundados;
- b) Desenvolver uma estratégia de cooperação com instituições de ciência, tecnologia e inovação existentes em países ou organizações com os quais Cabo Verde mantém relações de amizade e cooperação;
- c) Propor medidas de incentivo e apoio à investigação científica, à organização de conferências, colóquios, jornadas, seminários, encontros e, em geral, quaisquer eventos de interesse científico ou tecnológico;
- d) Propor medidas de incentivos e apoios a publicações científicas e outras ações de mérito científico e tecnológico;
- e) Promover a articulação entre os centros e instituições que se dedicam ou promovem a ciência e a tecnologia e o setor empresarial em todos os domínios da atividade económica e incentivar o acesso do setor privado à informação e documentação científica e tecnológica;
- f) Promover e apoiar o acesso das instituições de investigação às redes internacionais de informação especializadas;

- g) Proceder ao diagnóstico das vias de aquisição, adaptação e desenvolvimento de tecnologias inovadoras, com vista ao estabelecimento de normas e padrões na utilização de procedimentos, métodos, equipamentos, circuitos e matérias-primas;
- h) Contribuir para o aumento dos efetivos da comunidade científica nacional, designadamente através de políticas de formação para e pela investigação e adoção de um regime de carreiras adequado;
- i) Criar e gerir uma base de dados de centros e laboratórios de investigação e de investigadores nacionais;
- j) Mobilizar financiamentos para os programas de desenvolvimento da ciência e tecnologia;
- k) Exercer outras funções que lhe sejam determinadas por lei ou superiormente;
- l) No cumprimento da sua missão, a perspectiva do Gabinete é procurar a verdade através da liberdade e da argumentação no respeito da Constituição da República.

4. Organograma

O SCT dependerá do GESCT. Ele será dirigido por um Diretor. Compete a essa entidade dirigir superiormente o serviço em estreita coordenação com todos os serviços e instâncias com responsabilidades em matéria de Investigação e Desenvolvimento a nível nacional. Compete-lhe ainda desenhar as políticas da CT e em articulação com a Direção de Planificação, Cooperação e Estatísticas do Ministério da Educação e promover a operacionalização de redes internacionais de pesquisa no sentido de mobilização de recursos, participação em redes de investigação, foras e outros eventos. A essência da sua atuação é de fomentar o desenvolvimento da pesquisa a nível nacional e assessorar o governo em todas as matérias que dizem respeito ao CT. Nomeadamente, atuará na definição e coordenação de uma Agenda Nacional de Pesquisa, na definição e implementação de Parques Tecnológicos, na formulação de grandes áreas para a formação avançada, e na *linkagem* da investigação aos grandes eixos do desenvolvimento do país.

Figura 1. Organograma



O SCT estrutura-se em três departamentos:

- Departamento de Cooperação Científica (DCC);
- Departamento de Desenvolvimento da Pesquisa (DDP);
- Departamento de Tecnologia e Inovação (DTI).

Terá ainda um serviço de Secretariado composto por dois elementos, sendo um Secretário(a) administrativo (a) e um estatístico/informático.

As tarefas e as responsabilidades do DDP são, entre outras, as seguintes

1. Desenhar e gerir uma agenda nacional de pesquisa nas mais diversas áreas científicas,
2. Organizar e divulgar editais de candidaturas de pesquisas, publicações e participação de investigadores nacionais em reuniões científicas internacionais;
3. Instruir o processo de financiamento das unidades de I&D através de bolsas de investigação;
4. Promover a criação e o reforço de infraestruturas de apoio à investigação científica e ao desenvolvimento tecnológico;
5. Estimular a modernização, articulação, reforço e disponibilização pública de fontes de informação científica e tecnológica.
6. Produzir relatórios anuais sobre as atividades científicas realizadas;
7. Organizar e divulgar editais concernentes às consultorias

As tarefas e as responsabilidades do DCC são as que se seguem:

1. Assegurar as parcerias existentes e mobilizar as redes nacionais e internacionais no domínio da pesquisa;
2. Organizar oportunidades de mobilidade para investigadores, docentes e discentes tendo em vista a internacionalização;
3. Criar e manter atualizado um acervo de documentos eletrónicos sobre os diferentes programas, projetos e parceiros de cooperação;
4. Negociar a (co) sediação, no GESCT, de estudos e consultorias promovidos pelas Agências Internacionais e Parceiros de Desenvolvimento que atuam em Cabo Verde.
5. Procurar, obter e divulgar, junto das instituições e dos investigadores, informações relevantes sobre oportunidades de participação em consórcios internacionais de investigação, bem como editais publicados sobre projetos de investigação em relação aos quais Cabo Verde e as Instituições de investigação são elegíveis.

No que concerne ao DTI as suas incumbências são:

1. Coadjuvar na implementação e gestão das Casas da Ciência em todo o país;
2. Participar ativamente na organização dos eventos que promovem a *linkagem* com mercado, tais como os *Start up*, *Spin off*, e outros;
3. Colaborar na preparação de estudos com vista a criação de Parques Tecnológicos que abrangem as áreas de saúde, agropecuária, ambiente, mar, turismo, TIC, energias alternativas;
4. Estabelecer um diálogo permanente com a tutela e as instituições de formação profissional no sentido de uma adequação dos programas de formação e do perfil dos egressos de forma a facilitar a entrada no mercado de trabalho;
5. Monitorar o “estado da arte” em matéria de produção científica;
6. Coordenar o entrosamento da ciência com o sector produtivo em colaboração com a ADEI, CCMIS/BS e SDE;
7. Recentrar a gestão do programa Mundo Novo, desencadear a produção de conteúdos e sua disponibilização.

Para cada Departamento serão contratados até finais de 2018 dois técnicos, com formação pós-graduada e relevante *curriculum-vitae*, em termos de investigação, publicação científica e conhecimentos da língua inglesa. A preferência será dada a constituição de uma equipa multidisciplinar capaz de atuar em temáticas específicas de I&D. Considerando a abrangência da ciência, sempre que necessário, o SCT poderá recorrer a *expertise* externa através dos serviços do estado, ou fora deste, com incumbência na matéria.

Conselho Científico

O SCT será dotado de um Conselho Científico. Este órgão será regulado num documento a parte.

Gerindo a implementação da política para a Ciência, Tecnologia e Inovação

Metodologicamente, procura-se, através da apresentação de um sumário com recursos, ações e produtos, orientar a estratégia da execução dessa política pelo Gabinete do GESCT, bem como, definir as metas e os indicadores para o monitoramento e a avaliação da produção científica e tecnológica em

Cabo Verde, ajustado aos parâmetros internacionalmente estabelecidos. Desta forma ficam garantidas as seguintes condições:

- definição clara e plausível dos objetivos e resultados esperados da política da CT;
- identificação de indicadores relevantes de desempenho, que possam ser obtidos a um custo razoável; e
- comprometimento dos *stakeholders* da política de CT com o conteúdo proposto.

As políticas orientadoras da CT do GESCT estão vertidas em linhas de investigação na Agenda Nacional de Investigação.